



Orçamento de 2012 chega com salário mínimo de R\$ 619,21

João Araújo/Senado Federal



Novo piso deve valer a partir de 1º de janeiro e representa reajuste de 13,61% sobre o atual

O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 entregue ontem pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, prevê investimentos de R\$ 165,3 bilhões – 8,3% a mais do que neste ano –, aumento de 5% do PIB e inflação de 4,8%. O Congresso também recebeu o Plano Plurianual 2012–2015. A análise dos projetos se estende até dezembro. **3**

Entre Marco Maia e Miriam Belchior, Sarney recebe a proposta de Orçamento e afirma esperar que o projeto possa ajudar o país a enfrentar a crise internacional

Aprovadas novas atividades para os Correios

Plenário do Senado confirma mudanças em meio a polêmica sobre risco de privatização e terceirização da ECT. **5**



Senadores governistas e da oposição divergem na votação de MP que alterou Empresa de Correios e Telégrafos (ECT)

Moneira Maniz/Senado Federal

Psicólogo deve ter jornada de 30 horas semanais **8**

Financiamento público pode voltar à pauta **4**



Senadores e governadores de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo buscam critérios para partilha de recursos

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Governadores querem solução política

Quatro governadores defenderam necessidade de acordo sobre royalties do petróleo. Eles temem que decisão acabe na Justiça. **6**



Jorge Viana, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Aldo Rebelo (D), reunidos na CCT

Lin de Paula/Senado Federal

Obras da Copa justificam uso de APPs?

Relator do novo Código Florestal, Luiz Henrique avalia possibilidade de instalações para jogos adentrarem áreas de preservação. **2**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Presidente da CCT, Eduardo Braga, e Paulo Bernardo: ministro nega acusação de ter favorecido uma construtora do Paraná

Oferta de banda larga vai dobrar até 2014, diz ministro

Meta anunciada por Paulo Bernardo em debate na CCT é de 40 milhões de residências com internet rápida. **7**

Relator do projeto de Código Florestal, senador considera a possibilidade de suprimir vegetação em áreas de preservação visando a instalações para Copa e Olimpíadas

Lio de Paulo/Senado Federal



Jorge Viana (E), relator da matéria na CMA, e Luiz Henrique, que acumula a relatoria em três comissões

Obras da Copa justificam uso de APPs, sugere Luiz Henrique

A CONSTRUÇÃO DE estádios e outras instalações para a realização de “competições esportivas municipais, estaduais, nacionais e internacionais” poderá ser incluída na lista de atividades de utilidade pública que justificariam a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs).

A ideia faz parte do relatório ao projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11) apresentado ontem, pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), à Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ). Ele propôs a medida sob o argumento de urgência para a realização, no Brasil, da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Os senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Demóstenes Torres (DEM-GO) se disseram surpresos com essa inclusão e afirmaram que vão estudar melhor o texto antes de tomar uma posição sobre o assunto.

No relatório, Luiz Henrique também abre essa possibilidade para “demais atividades”, “outras obras” e “outras ações” definidas em ato do presidente da

República ou dos governadores.

Quando à competência legislativa sobre assuntos relativos ao meio ambiente, o senador, que acumula a relatoria da matéria nas comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT), avalia que cabe à União apenas a definição de normas gerais, deixando aos estados a definição de normas específicas.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concedeu vista coletiva do texto. Para ele, é difícil prever uma data para concluir a votação.

Comissões discutirão código com juristas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem sugestão dos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para a realização de audiência na qual os senadores ouvirão a opinião de juristas sobre o projeto de reforma do Código Florestal.

A audiência está marcada para

o dia 13 e será realizada em conjunto com as comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Foram convidados José Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Luis Paulo Leme Machado, jurista es-

pecialista em Direito Ambiental; e a promotora Cristina Godoy.

Kátia Abreu (DEM-TO) sugeriu que o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim também fosse convidado.

Já Alvaro Dias (PSB-PR) propôs o nome de Paulo Roberto Pereira de Souza, professor da Universidade de Maringá. As duas sugestões foram acolhidas.

Vanessa celebra 39 anos de empresa de comunicação

Os 39 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, que serão celebrados pelo Senado hoje, foram comemorados pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) com um dia de antecedência. Ela é autora do requerimento para a realização da homenagem, com o senador Geovani Borges (PMDB-AP), mas devido a compromissos no estado, não participará da sessão.

– É um veículo de comunicação fruto de um sonho, assim posso dizer, porque foram anos de muita luta para chegarem aonde chegaram. Um sonho dos senhores Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido.

Vanessa Grazziotin informou que a rede é formada por cinco emissoras, instaladas no Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, além de rádio e empresas de outros segmentos.

A senadora acrescentou que a empresa tem antenas parabólicas instaladas em todo o território nacional e em países fronteiriços.

Raupp homenageia Rede Amazônica de Rádio e TV



Waldemir Borreth/Senado Federal

Raupp: Amazônia vista por dentro

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a passagem dos 39 anos de fundação da Rede Amazônica de Rádio e TV. Ele afirmou que em nenhuma outra região do Brasil os meios de comunicação tiveram tanta relevância como na Amazônia.

Os dirigentes da Rede Amazônica foram pioneiros, disse, aliando “a coragem e a ousadia dos amazônidas” e a tecnologia da comunicação para colocar a TV no ar. Ele salientou que a rede não apenas leva notícias da Amazônia para o país, como se tornou um dos melhores instrumentos de construção da soberania brasileira e da integração nacional.

– É a Amazônia vista por dentro divulgada pelo mundo afora – disse.

Dia do Nutricionista é lembrado em Plenário por Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) registrou em Plenário a comemoração, ontem, do Dia do Nutricionista. Ele lembrou a história da profissão.

– Hoje, com a carreira já consolidada e reconhecida, o profissional dessa área vivencia uma grande expansão dos cursos de

nutrição no país, aumento de profissionais no mercado de trabalho e a geração de uma diversificação das áreas de atuação, que, gradativamente, contribui para o maior reconhecimento.

O Dia do Nutricionista marca a criação, em 1949, da Associação Brasileira de Nutricionistas.



Waldemir Borreth/Senado Federal

Senador destaca reconhecimento recebido pelos profissionais da área

Arruda: gestão de bacias deve envolver Dnocs

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse ontem que o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) é o órgão que deve gerir o projeto de interligação de bacias hidrográficas. Em sua avaliação, o debate sobre a gestão do projeto sequer deveria existir, uma vez que o órgão busca soluções para os longos períodos de estiagem no nordeste setentrional em seus 101 anos de existência.

O Dnocs, disse, permitiu convivência com longos períodos de estiagem, de até três anos.



Mareira/Mariz/Senado Federal

Órgão tornou possível convivência com a seca, afirma Inácio Arruda

O senador Inácio Arruda também manifestou apoio à Marcha dos Estudantes, patrocinada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União dos Estudantes Secundaristas (Ubes), realizada ontem em Brasília, em busca de recursos para a educação.

Senado vai homenagear Dia do Economista

O Plenário aprovou, na terça-feira, dois requerimentos apresentados por Inácio Arruda (PCdoB-CE), para que a Casa celebre o Dia do Economista, o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O Dia do Economista, come-

morado em 13 de agosto, será homenageado na sessão deliberativa de 20 de setembro. Já o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia serão homenageados pelos senadores no período do expediente da sessão do próximo dia 18 de outubro.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados por senadores em Plenário após as 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta trancada

14h A pauta do Plenário está trancada pelo PLV 22/11, decorrente da MP 533/11, que autoriza a União a repassar recursos aos municípios e ao Distrito Federal para manter novas escolas públicas de educação infantil.

Presidência Comemoração da Semana da Pátria

10h José Sarney participa, na sede dos Diários Associados do DF, de comemoração da Semana da Pátria. Às 12h, recebe a vice-governadora do Amapá, Doralice Nascimento; às 12h30, o presidente da Fundação Zerbini, Erney de Camargo; e às 15h45, o prefeito de Macapá, Roberto Góes. Às 16h, dirige a ordem do dia.

CRA Igualdade de gêneros

8h30 A Comissão de Agricultura discute, em audiência pública, o PLS 136/11, que estabelece que a mulher seja protegida e tenha as mesmas condições de acesso ao trabalho que o homem. O deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, é um dos convidados.

CDH Veto ao reajuste das aposentadorias

9h A Comissão de Direitos Humanos debate o veto ao reajuste das aposentadorias e o fim do fator previdenciário. Foram convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), Warley Martins, e da CUT, Artur Henrique.

CRE Compra de aviões caça

10h A Comissão de Relações Exteriores volta a discutir o Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea, o FX-2. Serão ouvidos dirigentes da empresa francesa Dassault, responsável pela construção dos aviões Rafale.

CDR/CAE/CI Governadores discutem royalties

11h As comissões de Desenvolvimento Regional, de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infraestrutura discutem a repartição dos royalties do petróleo entre os estados e a União. Entre os debatedores, estão os governadores Eduardo Campos, de Pernambuco; Marconi Perillo, de Goiás; e Simão Jatene, do Pará.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Investimentos previstos pelo governo aumentam 8,3% em relação a 2011. Do total de R\$ 165,3 bilhões, R\$ 111,3 bilhões vão para o PAC

Orçamento para 2012 prevê mínimo de R\$ 619,21

AUMENTO DE 13,61% para o salário mínimo, que deve ficar em R\$ 619,21 a partir de 1º de janeiro de 2012, foi anunciado ontem pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Ela entregou a proposta do Orçamento da União aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, e encaminhou o Plano Plurianual 2012-2015.

A ministra também anunciou investimentos de R\$ 165,3 bilhões, previstos no projeto de

Lei Orçamentária Anual para 2012, representando um aumento de 8,3% em relação ao montante disponível em 2011. Deste total, R\$ 58,5 bilhões vêm do orçamento fiscal e da seguridade e R\$ 106,8 bilhões vêm das empresas estatais. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) receberá recursos de R\$ 111,3 bilhões em 2012, sendo R\$ 42,5 do orçamento fiscal e R\$ 68,8 bilhões das estatais.

O reajuste do salário mínimo

corresponde ao Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC) estimado para 2011, somado ao crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2010, conforme Lei 12.382/11. Desde 2003, o valor do mínimo acumula um crescimento de 258%.

Os parâmetros para a elaboração do Orçamento preveem crescimento de 5% no PIB, inflação de 4,8%; taxa de câmbio média de R\$ 1,64 e taxa de juros Selic de 12,5% para 2012.

A meta de superávit primário segue regra da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com o valor nominal de R\$ 114,2 bilhões.

O total de receitas e despesas constantes no projeto é de R\$ 2,1 trilhões, sendo 89,1% correspondentes a obrigações como benefícios da previdência e assistência social, juros, encargos e amortização da dívida. Os demais 10,9% correspondem a investimento e custeio.

Do total das despesas disci-

cionárias do Poder Executivo, R\$ 221 bilhões (31,6%) vão para a Saúde; 19,2% para o PAC; 13,8% para a Educação; 11,6% para o plano Brasil Sem Miséria, que terá recursos totais de R\$ 25,7 bilhões em 2012.

Os recursos para realização de grandes eventos (Copa 2014, Olimpíadas 2016, Copa das Confederações, entre outros) somarão R\$ 1,8 bilhão em 2012. (com informações do Ministério do Planejamento)

Plano Plurianual

Principais números da economia estimados pelo governo para os próximos quatro anos apontam para crescimento, estabilidade monetária e redução dos juros

PPA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS			
2004-2007	R\$ 2,5 tri			
	+58%			
2008-2011	R\$ 3,9 tri			
	+38%			
2012-2015	R\$ 5,4 tri			

PROJETO	2012	2013	2014	2015
IPCA (%)	4,8	4,5	4,5	4,5
PIB (%)	5,0	5,5	5,5	5,5
PIB (R\$ trilhões)	4,53	5,01	5,52	6,08
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	1,64	1,72	1,74	1,77
Salário mínimo (R\$)	619,21	676,18	741,94	817,97
Taxa de juros Selic (% a.a. dez)	12,5	11,0	9,5	8,0

Fonte: Secretaria de Política Econômica/MF



Ministra Miriam Belchior entrega proposta orçamentária aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia

Retirar 16 milhões da miséria é uma das metas do PPA 2012-2015

O projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – plano Mais Brasil – entregue ontem ao Congresso Nacional prevê um dispêndio total de R\$ 5,4 trilhões até 2015, 38% superior ao PPA 2008-2011, incluindo recursos extraorçamentários. Entre suas metas principais, estão a superação da extrema pobreza de 16 milhões de brasileiros, a construção de 2 milhões de moradias e o fornecimento de internet banda larga para 40 milhões de domicílios.

Os recursos originários do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social correspondem a 68,2% do total (R\$ 3,7 trilhões); os recursos extraorçamentários atingem 25% (R\$ 1,4 trilhão); e os investimentos das estatais preveem R\$ 370 bilhões. Segundo o Ministério do Planejamento, o plano Mais Brasil incorporou mudanças significativas em relação aos PPAs anteriores. A mais importante é que cada área do governo mostra, no PPA, qual o benefício que entregará.

O PPA 2012-2015 prevê 11 macrodesafios e 65 programas

temáticos no valor total de R\$ 4,5 trilhões. Os programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado atingem R\$ 890 bilhões.

No PPA 2008-2011 o total de programas finalísticos era de 217. No atual, os grupos de políticas públicas foram reorganizados e o agrupamento em 65

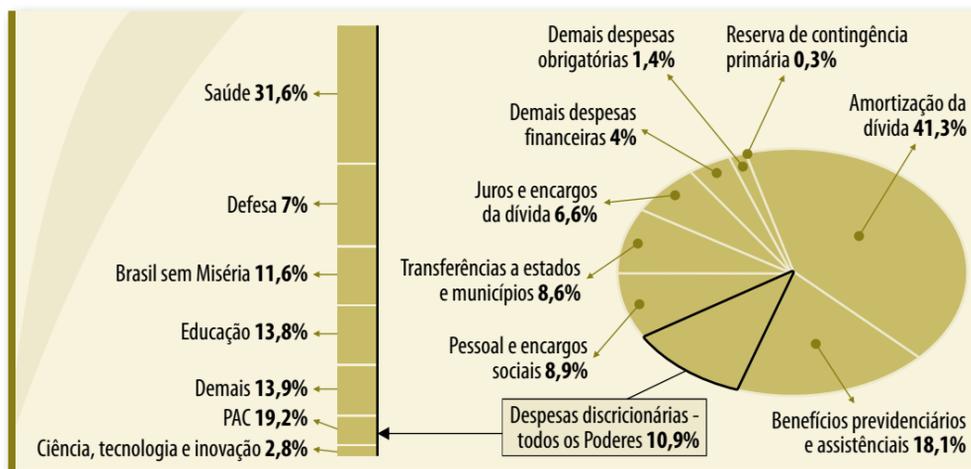
programas temáticos reafirma o caráter estratégico do PPA sem diminuir a oferta de serviços.

Do total de programas temáticos, o maior volume de recursos, R\$ 2,6 trilhões (56,8%), será aplicado na área social, seguida da infraestrutura, com R\$ 1,2 trilhão, e desenvolvimento pro-

ductivo e ambiental, com R\$ 663 bilhões. Os outros R\$ 104 bilhões estão previstos para programas especiais como o de Política Nacional de Defesa; Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; Integração Sul-Americana; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável; e outros.

Plano Mais Brasil

Área social (previdência social, saúde, trabalho, educação, assistência social, agricultura familiar, Bolsa Família) lidera em volume de recursos, seguida da infraestrutura (habitação, energia)



Fonte: Ministério do Planejamento

Metas do PPA

Plano prevê R\$ 5,4 trilhões de 2012 até 2015 e tem como destaques:

- ▶ Retirar 16 milhões de brasileiros da condição de extrema pobreza, no **Brasil sem Miséria**
- ▶ Construir 2 milhões de moradias no **Minha Casa, Minha Vida**, das quais 60% para famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil
- ▶ Construir 6 mil **creches e pré-escolas**
- ▶ Oferecer 8 milhões de vagas para a **educação profissional e tecnológica**
- ▶ Oferecer 75 mil bolsas de graduação e pós-graduação pelo **Ciência sem Fronteiras**
- ▶ Criar 4 novas **universidades** e 47 **campi** federais em todo o país
- ▶ Atingir a produção de 3,1 milhões de barris de **petróleo**/dia
- ▶ Construir e adequar 14,7 mil quilômetros de **rodovias**
- ▶ Construir 4,5 mil quilômetros de **ferrovias**
- ▶ Construir e reformar mais de 11 mil **unidades básicas de saúde**
- ▶ Levantar **internet banda larga** a 40 milhões de domicílios

Discussão do Orçamento 2012 começa no dia 13

A discussão sobre a proposta orçamentária de 2012 deverá ter início na próxima reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), no dia 13. A CMO pretende ainda convidar alguns ministros para debater a matéria em audiências, segundo o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Mesmo com essa iniciativa

da CMO, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) disse que o relator da Lei Orçamentária, Arlindo Chinaglia (PT-SP), vai ter trabalho para tentar adequar a matéria à realidade do país.

Marinho ainda citou assuntos que devem merecer a atenção da CMO nos próximos meses, como a Lei Kandir, a Desvinculação de Receitas da União (DRU),

a demanda do Judiciário por aumento salarial e a crise internacional. O deputado lamentou que o governo, em função do excesso de arrecadação, acene com o aumento do superávit em mais R\$ 10 bilhões, enquanto projetos de crédito adicional que dão como fonte justamente o superávit do Tesouro aguardam votação na CMO.

Congresso se reúne para analisar pedidos de dinheiro extra

O Congresso examina hoje projetos de lei que definem a abertura de créditos suplementares. O primeiro (PLN 3/11) é de R\$ 999 milhões no Orçamento da Seguridade Social da União em favor do Ministério do Desenvolvimento Social, para o plano Brasil sem Miséria. O segundo

(PLN 6/11) é de R\$ 88 milhões no Orçamento da União em favor do Ministério da Educação, para a manutenção de 475 novas escolas infantis. O terceiro (PLN 10/11) é de R\$ 38 milhões no Orçamento, para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União.

Erro técnico levou ao arquivamento, na semana passada, do projeto que prevê verba pública nas campanhas; presidente da comissão disse que tema será votado de novo

CCJ pode rever financiamento público de campanha eleitoral

PODE SER REVISTA a decisão de arquivar o PLS 268/11, projeto de lei que estabelece o financiamento público das campanhas eleitorais. O arquivamento havia sido anunciado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

O equívoco, segundo o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi provocado pela votação tumultuada do projeto. Na ocasião, o relatório contrário ao projeto, apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi rejeitado por 10 votos a 9, com o voto de desempate de Eunício. Em seguida, também foi rejeitado, por 10 votos a 8, o voto em separado de José Pimentel, favorável ao projeto, com modificações.

Após as duas votações, Eunício designou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para fazer o voto dos vencidos, ou seja, o parecer da comissão registrando que foram vencidos os dois

relatórios e determinando o arquivamento do projeto.

No entanto, após analisar o processo, Renan concluiu que, ao rejeitar o relatório contrário ao projeto, na primeira votação, a CCJ aprovou o texto original. Diante desse entendimento, o parecer final da comissão dá o projeto como aprovado.

– A primeira votação tem que preponderar – argumentou Renan, que em seu relatório confirmou a aprovação do PLS 268/2011 e a decisão pela prejudicialidade do PLS 373/08, que tramitava em conjunto.

Segundo Renan, a segunda votação não rejeitou o projeto, mas o voto em separado de José Pimentel.

Ao se manifestar na reunião, Eunício Oliveira confirmou que seu voto de desempate na primeira votação do projeto foi a favor do projeto que estabelece o financiamento público de campanha e que, por engano da mesa da comissão, anunciou o

arquivamento da matéria.

– O parecer do senador Aloysio Nunes, contra o projeto, foi vencido e também o voto em separado do senador José Pimentel. Vou receber [o relatório de Renan, pela aprovação do projeto], analisar e, na primeira oportunidade, submeter a votação.

Em discussão acirrada, Demóstenes Torres (DEM-GO) argumentou que, na reunião da quarta-feira da semana passada, Renan apresentou verbalmente o parecer pelo arquivamento dos votos vencidos e Eunício anunciou o arquivamento do projeto.

– E, contra arquivamento, só há uma solução: recurso assinado por um décimo dos membros da comissão. Não interessa se foi erro de assessoria ou da mesa. Votamos pelo arquivamento. Essa seria a primeira vez que votaríamos duas vezes o mesmo projeto – protestou Demóstenes, acompanhado por Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes.



Renan Calheiros encontrou erro em processo da CCJ



Aloysio Nunes Ferreira, que teve relatório rejeitado

Luiz Henrique: custo cairia para 10% do valor atual

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu ontem o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Segundo ele, caso esse mecanismo seja aprovado na reforma política em análise no Senado, o custo das campanhas eleitorais diminuirá para cerca de 10% do atual, sobretudo se a propaganda eleitoral for feita ao vivo, sem os atuais gastos milionários da pré-programação.

– Se quisermos efetivamente aprimorar as instituições, pre-

cisamos estabelecer o financiamento público. Os eleitos não terão que dever a ninguém pela sua eleição, porque não terão de pedir recursos para custear suas campanhas — disse.

Na opinião do senador catarinense, na discussão da reforma política, a instituição do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais “é a obra mais urgente, mais premente, mais marcante e mais necessária” para que o processo democrático brasileiro possa ser

aprimorado.

Como a proposta de financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na semana passada, Luiz Henrique pediu a interposição de recurso ao Plenário para que a decisão da CCJ possa ser revista.

– Nós aqui teremos a responsabilidade de desdobrar aquela decisão terminativa para dar à nação esse aprimoramento democrático – afirmou o senador.

Gurgacz: empresas pagam impostos antes de receber pelas vendas



As empresas brasileiras são prejudicadas por serem obrigadas a pagar impostos antes de receber pelas vendas, afirmou ontem Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador citou

dados recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o peso de impostos e contribuições. – De acordo com a pesquisa, mais de 40% das indústrias do Brasil têm o fluxo de caixa afetado por isso – disse Gurgacz, alertando para desindustrialização e redução de empregos.

Fabiana Murer virou uma das lendas do atletismo, diz Suplicy



colocou seu nome entre as lendas do atletismo brasileiro, como Adhemar Ferreira da Silva e tantos outros – afirmou em Plenário.

Suplicy apresentou requerimento pedindo voto de aplauso e congratulação à atleta, que atingiu os 4,85 metros no salto com vara.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a atleta Fabiana Murer pela conquista da primeira medalha de ouro da história brasileira em um Mundial de Atletismo.

– Fabiana Murer

Waldemir Moka quer mutirão nacional para saneamento



Um mutirão nacional com participação das três esferas governamentais para elevar o padrão de saneamento básico, tratamento de água e destinação adequada ao lixo em

todo país, melhorando assim a saúde da população. Foi o que propôs ontem, em Plenário, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), lembrando que cada real gasto em saneamento básico significa a economia de outros quatro reais em saúde pública.

Cyro Miranda propõe Dia da Corrupção como protesto

Em protesto contra a absolvição da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) sugeriu ontem a instituição do Dia Nacional da Corrupção, a ser lembrado a cada 30 de agosto. A cassação da deputada foi rejeitada pela Câmara na terça, dia 30. Com ironia, o senador afirmou que não lhe restou outra atitude, diante da institucionalização da cor-



rupção, além de criar um dia para celebrar a prática.

– Parece-nos que, lamentavelmente, a vergonha não existe mais: a vergonha de receber propina, a vergonha de pegar

caronas em jatos particulares, a vergonha de fazer convênios fantasmas, a vergonha de desviar o dinheiro público. Não há mais vergonha no Brasil. Existem argumentos para tudo – lamentou.

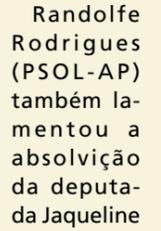
Taques lamenta absolvição de Jaqueline Roriz



– Infelizmente ontem a Câmara dos Deputados não deu o exemplo de um estado republicano. Absolveu uma deputada que foi encontrada recebendo dinheiro – criticou o parlamentar, para quem o mandato não pode ser um escudo para a prática de crimes.

Pedro Taques (PDT-MT) criticou a decisão tomada pela Câmara de livrar a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) da cassação.

Randolfe pede fim do voto secreto no Congresso



Para ele, o placar amplamente favorável à deputada (265 a 166) foi estimulado pelo fato de ainda haver voto secreto nas casas legislativas. Randolfe pediu a aprovação da PEC 50/06, do senador Paulo Paim (PT-RS), que propõe o fim dessa modalidade de voto.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também lamentou a absolvição da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) pela Câmara.

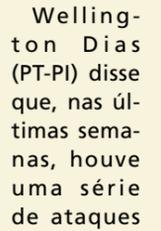
Jarbas acredita que Dilma pôs fim à “faxina”



Dilma decidiu pelo fim do combate à corrupção sob o argumento de que “não se pode fazer disso uma meta”. Jarbas lembrou ter subido à tribuna para manifestar apoio à “faxina” proposta por Dilma e lamentou o que classifica de mudança de posição da presidente.

– Nós aqui teremos a responsabilidade de desdobrar aquela decisão terminativa para dar à nação esse aprimoramento democrático – afirmou o senador.

Wellington Dias defende governo de acusações



Wellington Dias (PT-PI) disse que, nas últimas semanas, houve uma série de ataques ao governo federal, numa “clara tentativa de fazer a realidade parecer pior do que ela é”. Ontem, ele defendeu o governo do Partido dos Trabalhadores, citando o aumento de operações da Polícia Federal e a punição a servidores públicos envolvidos em denúncias.

Eunício destaca polo calçadista de Juazeiro do Norte

Eunício Oliveira (PMDB-CE) registrou o sucesso da Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará, realizada em Juazeiro do Norte (CE) em agosto.

– A indústria de transformação do calçado vem assumindo posição de marcante destaque no processo de desenvolvimento econômico regional, gerando milhares de empregos no setor calçadista, constituído por mais de 300 empresas, en-



Senador ressalta papel de liderança

volvendo grandes, médios e pequenos empresários – afirmou.

Com mais de 300 mil habitantes, Juazeiro do Norte exerce liderança e influência que alcançam regiões vizinhas nos estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Walter Pinheiro apoia a redução da taxa de juros



Pouco antes de o Banco Central reduzir a taxa básica de juros (Selic) de 12,5% para 12%, ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) havia defendido a redução. Segundo ele, as medidas adotadas pelo governo foram benéficas para a economia e tinha mesmo chegado a vez de o Comitê de Política Monetária (Copom) “dar a sua contribuição, interferindo diretamente na economia e indo ao encontro das medidas que o governo vem tomando para o desenvolvimento econômico”.

Davim sugere 15% das multas de trânsito para o SUS



Paulo Davim (PV-RN) pediu a aprovação da regulamentação da Emenda 29, em tramitação na Câmara, que define os valores mínimos que o poder público deve aplicar na saúde. Entretanto, afirmou que governo e Congresso precisam encontrar novas fontes de financiamento para bancar o aumento de despesas provocado pela emenda. Ele sugeriu o aumento do DPvat, o uso dos prêmios não reclamados das loterias federais e 15% das multas de trânsito.

Ângela Portela defende mudança na Lei das ZPEs



Ângela Portela (PT-RR) reforçou o apoio à redução de 80% para 60% no limite mínimo de exportações exigido das empresas a serem instaladas nas zonas de processamento de exportações (ZPEs) na região Norte. A medida consta de projeto de lei de Jorge Viana (PT-AC) que altera a Lei das ZPEs (Lei 11.508/10).

No país hoje há 23 ZPEs em fase de implantação: duas no Sul, cinco no Sudeste, três no Centro-Oeste, nove no Nordeste e quatro na região Norte – sendo uma delas em Boa Vista.

Lindbergh anuncia projetos contra inflação



Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou a apresentação de três projetos que visam o controle

da inflação sem recorrer à elevação da taxa de juros.

– Há muitas ferramentas e agentes econômicos que podem e devem ser envolvidos no processo de controle inflacionário sem aumento de juros — disse o senador, citando a Petrobras, que decidiu não repassar imediatamente as oscilações de preços aos consumidores.

Valadares faz proposta de taxa sobre fortunas



Uma nova proposta de taxa sobre as grandes fortunas foi apresentada em Plenário por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele crê que o país está longe de promover justiça social, com carga tributária regressiva. O modelo atual é regressivo: quem ganha mais paga menos e vice-versa. Hoje, os 10% mais pobres da população comprometem 33% de seus ganhos com impostos enquanto os 10% mais ricos comprometem 23%.

Pimentel elogia foco do governo na microempresa



José Pimentel (PT-CE) elogiou a disposição do governo em continuar apoiando as micros e pequenas empresas, bem como os pequenos empreendedores.

Ele apontou ações recentes, nesse sentido, como a expansão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a edição da MP 543/11, que autoriza o Tesouro Nacional a subsidiar instituições financeiras que realizem contratações e acompanhamento de operações de microcrédito.

Senadores manifestaram desconfiança em relação à intenção do governo com as mudanças promovidas na estatal. Humberto Costa não viu perigo de privatização

Senado aprova ampliação das atividades dos Correios

A AMPLIAÇÃO DAS atividades da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), prevista em projeto de lei de conversão (PLV 21/11) aprovado ontem pela maioria do Plenário, gerou polêmica entre os senadores, que viram a intenção de abrir caminho para a privatização e a terceirização dos serviços. Mudanças no texto introduzidas pelos deputados após manifestações de empregados dos Correios não evitaram a dificuldade para aprovar o texto no Senado.

– O fato de medida provisória transformar a ECT, um patrimônio do povo brasileiro, em uma empresa de capital aberto é flagrante e claramente a abertura do caminho para privatizar essa importante empresa nacional – protestou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acusou o PT de lotear cargos da ECT, o que prejudicaria a eficiência da empresa, e também

de mentir para o povo brasileiro durante a última campanha eleitoral para a Presidência da República, ao afirmar que o PSDB era a favor da privatização da Petrobras e dos Correios.

O projeto, originário da MP 532/11, autoriza a ECT a atuar no exterior, constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária de outras empresas. Permite ainda a aplicação subsidiária da lei que trata das sociedades anônimas.

Para amenizar a polêmica gerada na Câmara, os deputados incluíram artigos para vedar às empresas subsidiárias ou com participação dos Correios atuar no serviço de entrega domiciliar, objeto do monopólio. Também foi incluída a determinação de que as funções gerenciais e técnicas da ECT em âmbito regional só poderão ser exercidas por empregados do quadro de pessoal permanente.

Além disso, todos os atos de

constituição de subsidiárias e de aquisição do controle ou participação em empresas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração e comunicados à Câmara e ao Senado no prazo máximo de 30 dias.

O texto, segundo o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), não promove a terceirização dos serviços, já que são preservados os vínculos trabalhistas dos empregados. Quanto ao monopólio estatal do serviço postal, ele diz que não há ameaça, já que seu status é constitucional.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), também não viu a abertura de brechas para a privatização.

– A empresa passará a ter um escopo maior na sua atuação sem perder o monopólio postal e isso é extremamente importante. A medida provisória e o relatório do senador Vital do Rêgo foram no sentido de preservar essa condição do monopólio postal no Brasil.



Senadores votam mudanças na estrutura e atribuições dos Correios, feitas por meio de medida provisória do Executivo

Governo poderá reduzir etanol na gasolina a 18%

O mesmo PLV 21/11 que ampliou as atividades dos Correios também reduziu o percentual mínimo de álcool que pode ser adicionado à gasolina, passando a ser de 18%, e não 20%. O máximo permanece em 25%. O objetivo é diminuir o impacto direto do preço do etanol no preço da gasolina.

– A mudança aumenta a margem de manobra das autoridades frente às flutuações de oferta e preço do álcool anidro.

Espera-se, assim, reduzir os riscos de desabastecimento e de altas exageradas de preço do álcool – explicou o relator, Vital do Rêgo.

Para Demóstenes Torres (DEM-GO), no entanto, parecer da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostra que a gasolina com teores de álcool inferiores a 20% poderá acarretar problemas no funcionamento de veículos que já estão em

uso e que não foram projetados para essa especificação.

– Todo mundo vai lucrar: a usina, o governo e, para piorar, se pensa apenas em prejudicar o consumidor, que teria vantagem alguma com essa aprovação – protestou.

A iniciativa também atribui à Agência Nacional do Petróleo (ANP) a fiscalização e regulamentação da produção dos biocombustíveis, antes considerados um subproduto agrícola.

MP que destina verba a escola infantil tranca pauta

O presidente do Senado, José Sarney, leu o Projeto de Lei de Conversão 22/11, relativo à Medida Provisória (MP) 533/11, que autoriza a União a repassar recursos aos municípios para manter novas escolas públicas de educação infantil.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios, 74,8% das crianças de 4 e 5 anos são atendidas em pré-escolas. A MP tem como objetivo permitir o cumprimento da Emenda Constitucional 59/09, que estabelece que, até 2016, todas as crianças nessas idades deverão estar matriculadas. A MP tranca a pauta do Senado e perde a validade no dia 20.

Sessões plenárias no site da Rádio Senado

O site da Rádio Senado agora transmite, em seu link de áudio ao vivo em FM, a íntegra das sessões plenárias no programa *A Voz do Brasil*, das 19h às 20h. Além disso, os arquivos com os discursos dos senadores podem ser ouvidos ou baixados. *A Voz do Brasil* continua a ser veiculada na programação normal da rádio e, na internet, no link alternativo Ondas Curtas. Também fica disponível para download.

No Senado, governador do Rio apresenta propostas para distribuição de recursos entre estados e municípios enquanto a produção do pré-sal não se torna significativa



Em audiência conjunta, Cabral fala ao lado de outros governadores e dos senadores Delcídio do Amaral (C) e Lúcia Vânia

Cabral propõe fundo de transição para o petróleo

O GOVERNADOR DO Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, apresentou ontem propostas para garantir mais receitas aos estados não produtores na divisão dos recursos do petróleo sem prejudicar a arrecadação dos estados produtores. Ele defende a preservação dos atuais contratos relativos ao pós-sal e sugere a criação de um fundo de transição para atender os não produtores no curto prazo, até que o pré-sal comece a produzir de forma significativa.

– Além do princípio de preservação dos contratos, há que se considerar que uma alteração nos campos licitados traria graves consequências imediatas para as finanças públicas dos estados produtores – justificou Cabral durante audiência pública promovida pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Serviços de Infraestrutura (CI) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Projeto de lei aprovado pela Câmara em dezembro, na forma de substitutivo do Senado (PLC 7/10), determinava a repartição dos *royalties* do petróleo entre os estados produtores e todos os demais. Mas o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetou essa disposição.

Baseado no projeto enviado pelo Executivo ao Congresso para suprir a lacuna decorrente do veto (PL 8.051/10), Sérgio Cabral propõe a repartição dos *royalties* a partir dos futuros contratos de exploração a serem firmados pela União.

– Como, possivelmente, a

produção do pré-sal só se tornará significativa a partir de 2016-2017, deve-se instituir uma regra de transição com a criação de um fundo a ser distribuído, desde já, para estados e municípios não produtores – explicou.

De acordo com estimativas apresentadas por Cabral, o fundo pode gerar R\$ 15,9 bilhões no orçamento de 2012, R\$ 20,4 bilhões em 2016 e R\$ 27,8 bilhões em 2020.

Para a criação desse fundo de transição, Cabral propõe a distribuição de 50% das participações especiais da União entre estados e municípios não produtores, segundo os critérios dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM).

Ele também sugeriu o reajuste da tabela de cobrança das participações especiais, fixado em decreto presidencial de 1998, quando o barril do petróleo era comercializado a US\$ 16,, sendo que hoje está em US\$ 100.

O governador fluminense defende ainda a liberação de parte dos *royalties* da União relativos ao pós-sal, que deve ser destinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Segundo ele, a União teria condições de arcar com as mudanças, já que fica atualmente com 77% das receitas associadas à produção e circulação do petróleo, levando-se em conta a cobrança de impostos e tributos.

– Um novo pacto federativo passa por uma análise ampla das contas públicas – disse Cabral.

Estados temem que briga chegue ao Supremo

Os governadores temem que a divisão dos *royalties* do petróleo do pré-sal acabe sendo decidida não pelo Congresso, mas pelo Judiciário.

No dia 15, o Congresso deve examinar o veto parcial do então presidente Lula ao PLC 7/10, que estabelecia a repartição do dinheiro entre todos os estados (produtores e não produtores de petróleo). Também deve analisar a proposta alternativa do Executivo (PL 8.051/10 na Câmara).

Os governadores participaram ontem de uma audiência pública no Senado sobre o tema. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse estar confiante num entendimento no Congresso: – Mas, se no dia 14 não tivermos decisão, vamos para a Justiça. Derrubado o veto, o Espírito Santo e o Rio vão ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo ele, se o Congresso derrubar o veto, haverá uma “desorganização” orçamentária nos estados produtores.

Os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin, e de Pernambuco, Eduardo Campos, também defenderam uma solução política.

– O Supremo não tem um instrumento que o Congresso tem: o diálogo – afirmou Campos.

Senadores buscam acordo e esperam concessões da União

A disposição para um acordo político sobre a divisão dos *royalties* e participações especiais do petróleo ficou patente nas manifestações dos senadores em debate realizado ontem por três comissões técnicas da Casa. Outro consenso é de que o governo precisa participar das conversas e abrir mão de receitas para facilitar o entendimento.

– Estamos dispostos a negociar, mas é importante que a União participe dessa transição – assinalou Francisco Dornelles (PP-RJ), um dos senadores mais diretamente envolvidos no debate.

Na avaliação de Walter Pinheiro (PT-BA), o governo irá se juntar à discussão, pois não lhe interessa a derrubada do veto do ex-presidente Lula à chamada Emenda Ibsen. Com essa emenda, o Congresso mudou projeto

do governo para acabar com tratamento que favorece os estados produtores. A emenda usa como regra de rateio os critérios dos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM).

– Se o governo não se mover, nós teremos que empurrá-lo para uma situação delicada – disse Pinheiro.

No comando da audiência, o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), aproveitou para dizer que o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, já foi convidado para tratar do assunto.

Wellington Dias (PT-PI), outro articulador das nego-

ciações, festejou o clima de entendimento. Se a emenda for a voto, sua derrubada será certa. Além de listar pontos que a seu ver favorecem um acordo, ele alertou para algo que considera inegociável: a partilha de recursos deve envolver as áreas de produção de petróleo do pré-sal já licitadas, que devem entrar em produção até 2020.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), essa é a hora da “boa política” e não da “radicalização”. Ele pediu que a análise do veto à Emenda Ibsen, inicialmente programada para 15 de setembro, seja adiada para fins de outubro.

A ideia é ganhar tempo para as negociações e evitar que a derrubada do veto leve a questão ao Supremo, como prometem os governadores dos estados produtores.

– A judicialização do processo seria ruim para todos. Nosso papel é fazer um projeto que esteja à altura do país – comentou Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI. Benedito de Lira (PP-AL), que preside a CDR, também considerou importante investir no diálogo.

Lídice da Matta esteve entre a maioria que defendeu regras para acesso de todos os estados às riquezas do petróleo. Blairo Maggi (PR-MT) salientou que áreas da plataforma continental são bens da União, não havendo razão para se dizer que o petróleo existente a 300 quilômetros da costa e abaixo de 8 mil metros de profundidade pertença a qualquer estado.

Meta é chegar a acordo antes de votar a Emenda Ibsen e evitar que a questão vá ao STF



Senadores debatem *royalties* com governadores em reunião conjunta

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Davim • Blairo Maggi • José Sarney • Wilson Santiago • Inácio Arruda • Ana Rita • Walter Pinheiro

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Presidente da CAS, Jayme Campos, e Lindbergh Farias: respeito à Justiça do Trabalho

Faltas poderão impedir reclamante de propor nova ação trabalhista

Autor de ação trabalhista que deixar de comparecer por três vezes a audiência, permitindo que ela seja arquivada por inércia, não poderá propor nova ação com o mesmo objetivo. É o que determina projeto de lei do ex-senador José Bezerra que ontem recebeu decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLS 268/10) modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e visa impedir que o trabalhador proponha indefinidamente novas reclamações. O relator da matéria na CAS, Cícero Lucena (PSDB-PB),

destacou que o Direito do Trabalho e seu processo têm como princípio proteger os interesses do trabalhador. Por isso, argumentou, devem ser tratados com responsabilidade e "não movimentar, de forma vã, os mecanismos do Poder Judiciário".

A CAS também aprovou, em turno suplementar, substitutivo de Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto de lei (PLS 535/09) que visa simplificar o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo empregador doméstico. Paulo Paim (PT-RS) é o autor da proposta.

Taxa para entidades de aposentados na CDH

Aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social poderão passar a contribuir com R\$ 2 anualmente, recolhidos sempre em dezembro, para custear as atividades das associações e entidades das categorias.

A medida está contida em sugestão enviada pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) e acolhida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem. A proposta será enviada à Mesa do Senado para que seja numerada e encaminhada às comissões.

Projeto prevê TV com saída para fones de ouvido

Os fabricantes de rádios e televisores poderão ser obrigados a produzir aparelhos com saída de áudio para fones de ouvido, com ajuste independente de volume. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria ainda será examinada pela Comissão de

Cultivo de tabaco deve ganhar nova tributação

O Brasil poderá criar o Fundo Nacional da Fumicultura (FNF), para proteger trabalhadores familiares e diversificar atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e segue para as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Os recursos do FNF virão da criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Fumo), com alíquota de 15% sobre importação, fabricação e comercialização, cobrada tanto dos fabricantes quanto dos importadores.

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta (PLC 78/09), do deputado Aroldo de Oliveira (DEM-RJ), exige que pelo menos 30% das unidades fabricadas tenham a saída de áudio. Na avaliação do autor, a medida visa beneficiar as pessoas com deficiência auditiva parcial.

Até 2014, número de residências com internet de alta velocidade será o dobro da quantidade de 2010, afirma Paulo Bernardo, com mensalidade de R\$ 29,90 sem tributos

Ministro prevê banda larga em 40 milhões de casas

ATÉ O FINAL de 2014, 40 milhões de domicílios brasileiros terão acesso à internet de alta velocidade. A previsão foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, durante audiência pública sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O autor do requerimento para a audiência foi Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da comissão.

Segundo o ministro, o acesso terá velocidade mínima de 1 Mbps e preço de R\$ 35, incluídos os tributos, ou R\$ 29,90 sem tributos. Todas as sedes municipais serão alcançadas até 2014. Em quatro meses, estarão atendidos 543 municípios de 25 estados. Bernardo lembrou que a meta é mais que dobrar os domicílios que eram atendidos até 2010.

Reativada, a Telebrás projeta ter mais de 30 mil quilômetros de fibras óticas até 2014, informou o ministro, alcançando mais de 4 mil municípios em três anos. Bernardo observou que a velocidade de 1 Mbps poderá ser muito pequena em cinco anos, mas ressaltou que os preços poderão cair na competição.

Braga citou um bem-sucedido leilão de posições de satélites de comunicações e perguntou se a ampliação da banda larga na Amazônia seria beneficiada. O ministro respondeu que haverá *transponders* dos novos satélites e que a rede de fibras óticas unirá Tucuruí (PA) a Manaus (AM) já em julho de 2012. Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que a sustentabilidade da Amazônia tem que incluir "comunicações de alta eficiência", enquanto Ângela Portela (PT-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltaram a impor-

tância da internet na região. Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentaram sugestões ao ministro.

TV Senado

Paulo Bernardo lembrou encontro que teve com senadores na terça-feira, dia 30, quando se comprometeu a consignar o maior número possível de canais digitais para instalação de estações da TV Senado nas capitais do país. Assim, o Senado poderá receber até 15 canais de TV digital ainda em setembro.

Na ocasião, estiveram com Paulo Bernardo no ministério os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Souza (PMDB-PR), além do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

Eduardo Braga (D) ouve ministro anunciar que 543 municípios serão atendidos nos próximos 4 meses



Genaldino Magalhães/Senado Federal

Paulo Bernardo nega relação com empresa

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, refutou acusações de haver beneficiado com liberação de recursos, na época em que ocupava o Ministério do Planejamento, a empresa responsável pela construção da estrada de contorno de Maringá (PR). Essa empresa possui avião no qual o ministro teria viajado de carona.

Ele prestou esclarecimentos sobre o caso, a pedido de Aloysio Nunes (PSDB-SP), no início de audiência pública sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Nunes pediu ao ministro que informasse

se havia estado a bordo de um avião pertencente à empresa Sanches Tripoloni e se autorizaria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a divulgar informações a respeito da suposta viagem.

Em resposta, o ministro afirmou não se recordar se havia ou não viajado no avião de propriedade da empresa, mas concordou com a divulgação dos dados do voo pela Anac. Ele disse que queria aproveitar a ocasião para "contextualizar" a discussão sobre o tema. E relatou que a obra em Maringá foi realizada atendendo a uma emenda parlamen-

tar ao Orçamento da União. Ele contestou "versões plantadas" na imprensa segundo as quais seria o maior interessado na liberação de recursos para a obra.

– No ano passado, andei diversas vezes de carona em aviões. Estão querendo apontar uma relação espúria, como se dissessem que, se liberei a obra, foi para ganhar carona de avião – disse Bernardo.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a obra é "absolutamente necessária e chega com atraso de 20 anos", mas questionou o custo, que estaria superfaturado.

Isenção de impostos para impressoras em braille

Atualmente, tanto o Imposto de Importação como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não são cobrados na aquisição das impressoras em braille. Mas, segundo Ciro Nogueira (PP-PI), isso pode mudar a qualquer momento, já que a isenção não é assegurada em lei.

Com o objetivo de dar maior segurança jurídica e sedimentar o caráter social e inclusivo da isenção desses impostos na fabricação e comercialização das impressoras de caracteres braille, o senador apresentou um projeto (PLS 361/11) que garan-

te que os impostos não sejam cobrados. Aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta foi relatada

por Eduardo Amorim (PSC-SE) e segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



Ao lado de Mozarildo (D), Paim preside a CDH, que aprovou o projeto ontem

Márcio Kalume/Senado Federal

Prazo para troca de carro com isenção pode ser reduzido

Projeto que reduz de dois para um ano o prazo mínimo para taxistas e pessoas com deficiência poderem trocar veículos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o autor do projeto (PLS 299/11), Eunício Oliveira

(PMDB-CE), o objetivo é adequar a legislação à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Ele explica que o meio de transporte mais usado pelos turistas é o táxi e "é de suma importância melhorar a impressão inicial do visitante, estimulando a renovação da frota de táxis". O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), observa que o projeto também assegura a integração social da pessoa com deficiência.

Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem dois projetos sobre o tema. Segundo Marta Suplicy, medida teria respaldo até da Organização Internacional do Trabalho

Jornada de 30 horas para psicólogos e fonoaudiólogos

PSICÓLOGOS E FONOAUDIÓLOGOS poderão ter a jornada de trabalho fixada em 30 horas semanais. Essa limitação foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem, ao votar dois projetos de lei da Câmara: PLC 150/09 e PLC 119/10.

A recomendação foi apresentada pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora das duas matérias. Segundo ela, há tendência de redução da jornada de trabalho para profissionais de saúde.

A medida, acrescentou, teria o respaldo de leis federais e estaduais já aprovadas nessa direção, de outras propostas similares em tramitação no Congresso e até de orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com Marta, outro fator a reforçar a necessidade de redução da jornada é a ameaça constante de estresse e desgaste mental à qual se submetem esses profissionais.

“A exposição a jornada prolongada de trabalho apenas agrava esse risco, com evidente prejuízo aos pacientes e à socie-

dade”, alertou a parlamentar no parecer pela aprovação do PLC 119/10, que regulamenta a jornada do fonoaudiólogo.

Quanto ao PLC 150/09, a relatora ofereceu substitutivo derubando a decisão da Câmara de delegar a acordo ou convenção coletiva de trabalho a fixação da carga horária semanal e dos percentuais sobre as horas extras feitas pelos psicólogos.

Marta Suplicy considerou que, se essa regra fosse aplicada, resultaria na definição de jornadas de trabalho diversas para psicólogo no país, pois isso dependeria da capacidade de negociação dos agentes sindicais em cada estado.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLC 119/10 seguirá direto à sanção presidencial, por não ter havido alteração no texto aprovado pela Câmara.

O PLC 150/09 deverá voltar à Câmara, entretanto, por ter sido modificado por substitutivo na CAS. A exemplo do PLC 119/10, ele poderá ser submetido a votação no Plenário do Senado se for aprovado recurso nesse sentido.

Distinção entre bombeiro e brigadista

O projeto que distingue os bombeiros militares dos civis foi aprovado ontem pela CAS, em caráter terminativo. Ao invés de ir à sanção, a proposta irá ao exame do Plenário, conforme recurso já anunciado por Lindbergh Farias (PT-RJ).

Pela medida (PLC 7/11), a expressão bombeiro passará a ser denominação exclusiva dos profissionais das forças de segurança pública dos estados e do Distrito Federal integrados aos corpos de bombeiros militares. Os atuais bombeiros civis, que atuam em empresas ou grupos voluntários, devem passar a ser identificados apenas como brigadistas particulares.

O presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis, Ivan Campos, explicou que brigadista particular é uma categoria que existe no Distrito Federal, criada pelo Comando dos Bombeiros local.



Carlos Abicalil, Paulo Paim e Estevão Cruz: meta é melhorar qualidade do setor

Relator anuncia voto por 50% do Fundo Social para educação

Durante audiência pública da Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE), o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que apresentará voto favorável a projeto (PLS 138/11) que destina 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. O senador é o relator da matéria na comissão.

Na audiência, Leocádia Maria da Hora Neta, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, enfatizou a necessidade de um salto de qualidade na educação brasileira. Ela afirmou serem necessários R\$ 169 bilhões para garantir esse

padrão de qualidade, enquanto o Ministério da Educação estima alcançá-lo com um aporte de R\$ 61 bilhões.

Cláudio Ricardo Gomes de Lima, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destacou os avanços do governo do PT na construção de escolas técnicas, que passaram de 140, em 2002, para 354, hoje, devendo chegar a 562 no final do governo de Dilma Rousseff.

O ex-deputado federal Carlos Abicalil, hoje secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, destacou as 2.915 emendas apresentadas ao Plano Nacional de Educação, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelecerá as diretrizes do setor para os

próximos dez anos. Nenhuma das emendas visa reduzir os recursos já previstos no plano, segundo ele.

Heleno Araújo Filho, secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, por sua vez, acredita ser necessário aumentar a participação da sociedade na gestão da educação, em todos os seus níveis.

Já Estevão Cruz, diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes, avalia que a proposta do governo de destinar 7% do PIB para a educação é insuficiente para garantir as metas previstas no próprio PNE. Inácio Arruda (PCdoB-CE) também considera que o país pode destinar 10% de seu produto interno bruto (PIB) para a educação. O principal impedimento para chegar a esse percentual é mostrar de onde pode vir o dinheiro.

Além dos recursos do Fundo Social, o senador afirmou ser possível que uma parcela dos royalties a serem pagos à União, estados e municípios pela exploração do petróleo da camada pré-sal seja também destinada à educação. Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a destinação de mais recursos para a educação de estados e municípios mais pobres. Já Marinor Brito (PSOL-PA) afirmou que a União deve entrar com um percentual maior no financiamento da área educacional.

Senador Antonio Carlos Valadares é o relator na CE do projeto relativo ao Fundo Social do Pré-Sal



Jornada prolongada dos profissionais traz prejuízo aos pacientes, diz Marta



Vanessa Grazziotin se manifesta em votação na Comissão de Assuntos Sociais

Prioridade para famílias em áreas de risco

As ações do programa Minha Casa, Minha Vida poderão ser direcionadas integralmente pelos municípios ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas. É o que prevê projeto de Lindbergh Farias (PT-RJ) aprovado ontem pela CAS. Segundo a proposta, o município terá liberdade para selecionar os beneficiários do programa. A CDR deverá tomar decisão terminativa sobre a matéria (PLS 27/11).

– Esse projeto dá direito ao prefeito de assegurar 100% de remoção. Que nas próximas chuvas possamos evitar muitas mortes! – disse o senador.

Comissão debaterá norma sobre publicidade médica

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá os critérios baixados pelo Conselho Federal de Medicina para orientar a propaganda de serviços médicos. O requerimento de audiência pública da senadora Ana Amélia (PP-RS) foi aprovado ontem. Deverão participar da discussão o presidente do conselho, Roberto Luiz d’Avila; o presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Paulo de Argollo Mendes; o presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert; e o promotor de Justiça do Distrito Federal Diaulas Costa Ribeiro.

Representação Brasileira no Parlasul adia eleição

A nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) começou ontem seus trabalhos. Composta por 37 parlamentares, sendo dez senadores e 27 deputados, a representação foi instalada em reunião presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o mais velho do grupo. Mas a eleição do presidente e dos dois vice-presidentes foi adiada para o dia 13, às 14h30.

Após abrir a reunião e traçar

histórico do Parlasul para os parlamentares que não integravam a representação, Simon anunciou que o cargo de presidente, pelo sistema de rodízio, caberá nos próximos dois anos a um senador. Inicialmente contestada por parte dos deputados, a decisão terminou sendo confirmada por aclamação.

A partir de então, foram sugeridos os nomes de três candidatos: Ana Amélia (PP-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE)

e Roberto Requião (PMDB-PR). Simon desistiu da votação quando parlamentares do PT e do PMDB argumentarem que precisavam submeter o tema às suas respectivas bancadas.

O deputado Roberto Freire (PPS-SP) passou a presidir a reunião e promoveu votação simbólica para indicar representante para reunião segunda-feira, dia 5, em Assunção, quando será debatida possível alteração no Regimento Interno do Parlasul.



Os senadores Wilson Santiago, Simon e Paulo Bauer ouvem o deputado Dr. Rosinha